



**MENSAGEM Nº 64, DE 1º DEZEMBRO DE 2025**

**Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente,**

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para, em **REGIME DE URGÊNCIA**, nos termos do Art. 83, incisos I e XI, e do Art. 48, ambos da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, submeter à apreciação dessa Augusta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei Complementar, em anexo, que “ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 13 DE JUNHO DE 2014, A QUAL INSTITUIU, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.”

A presente proposta fundamenta-se na necessidade de adequar a legislação vigente às transformações institucionais e organizacionais ocorridas na Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), responsável pela coordenação da Política de Assistência Social no Município. Desde a promulgação da referida lei, houve a fusão de secretarias, a redefinição da estrutura administrativa e a expansão significativa da rede de serviços socioassistenciais, que hoje abrange 27 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), 6 Centros de Referência Especializados (CREAS), Centros POP, serviços de convivência, acolhimento familiar e institucional, além de núcleos do Cadastro Único.

Esses equipamentos, fundamentais para a efetivação da proteção social básica e especial, enfrentam sobrecarga diante do crescimento da demanda. Apenas nos CRAS, a cobertura municipal corresponde a cerca de 31% da demanda, quando comparada ao número de famílias em situação de vulnerabilidade registradas no Cadastro Único, o que revela a necessidade de expansão da rede e de fortalecimento das equipes de referência. O mesmo se observa na Proteção Social Especial, em que o número de pessoas em situação de rua já ultrapassa dez mil, aliado ao aumento expressivo da população idosa e de pessoas com deficiência que necessitam de atendimento continuado em serviços como Centros Dia e Instituições de Longa Permanência.

A Comissão Especial de Acompanhamento das Ações de Política de Assistência Social foi criada justamente para suprir a ausência de profissionais concursados em cargos de coordenação, assegurando a continuidade dos serviços nos equipamentos públicos. Entretanto, diante do crescimento da rede socioassistencial e da maior complexidade das demandas, torna-se imprescindível a ampliação do número de cargos em comissão de assistente técnico I e II, de modo a garantir a gestão eficiente e a qualidade dos serviços prestados, conforme documento demonstrando o impacto financeiro anexo a esta mensagem.

Outro ponto que exige atualização é a denominação da Secretaria e da Coordenadoria responsável, adequando o texto da lei à atual estrutura organizacional da SDHDS. Ademais, a previsão de prazo de validade de apenas três anos para a Comissão Especial mostra-se incompatível com a natureza contínua e permanente da política de assistência social, que constitui direito fundamental assegurado pela Constituição Federal e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e pela Política Nacional de Assistência Social. A fixação de prazo indeterminado é medida necessária para evitar a descontinuidade de serviços

**PALÁCIO DO BISPO**

RUA SÃO JOSÉ, 1 • CENTRO • CEP: 60060-170 • FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL  
85 3125 9100



essenciais, cujo encerramento geraria graves consequências sociais, como a ampliação da pobreza, a ruptura de vínculos familiares, a negligência no cuidado a idosos e pessoas em situação de rua, além do aumento da violência.

As alterações propostas observam as diretrizes constitucionais e infraconstitucionais, em especial as disposições da LOAS, da PNAS, das Normas Operacionais Básicas do SUAS e das resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, assegurando a valorização da gestão do trabalho, a desprecarização dos vínculos e a efetividade da política pública de assistência social.

Por fim, convicto de que os ilustres membros dessa Nobre Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar a valiosa colaboração no encaminhamento, de modo a colocá-la em tramitação sob o **REGIME DE URGÊNCIA**, dado o relevante interesse público, renovando protestos de estima e consideração.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 1º DE DEZEMBRO DE 2025.**

Evandro Sá Barreto Leitão  
**Prefeito Municipal de Fortaleza**

**AO EXMO. SR.**  
**VEREADOR LEONARDO SALES COUTO BEZERRA**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**NESTA**



### ANEXO - Impacto Financeiro das alterações propostas

(ATUAL) Impacto Cargo Comissionado - Política de Assistência Social				
Cargo	Simbologia	Qtde	Remuneração	Impacto
Assistente Técnico I	DNS-1	4	5.089,28	20.357,12
Assistente Técnico II	DNS-2	37	4.425,80	163.754,60
		<b>41</b>	<b>9.515,08</b>	<b>184.111,72</b>
Auxílio Refeição				15.334,00
<b>Encargos</b>				
Provisão de Férias				5.114,21
Provisão de 13º Salário				15.342,64
Fortaleza Saúde- IPM (4%)				8.182,74
INSS (20,9047%)				41.695,34
<b>Impacto Mensal</b>				<b>269.780,66</b>
<b>Impacto Anual</b>				<b>3.237.367,89</b>

(PROPOSTA) Impacto Cargo Comissionado - Política de Assistência Social Proposta				
Cargo	Simbologia	Qtde	Remuneração	Impacto
Assistente Técnico I	DNS-1	5	5.089,28	25.446,40
Assistente Técnico I	DNS-2	42	4.425,80	185.883,60
		<b>47</b>	<b>9.515,08</b>	<b>211.330,00</b>
Auxílio Refeição				17.578,00
<b>Encargos</b>				
Provisão de Férias				5.870,28
Provisão de 13º Salário				17.610,83
Fortaleza Saúde- IPM (4%)				9.392,44
INSS (20,9047%)				47.859,39
<b>Impacto Mensal</b>				<b>309.640,95</b>
<b>Impacto Anual</b>				<b>3.715.691,40</b>

Diferença	
<b>Impacto Mensal</b>	<b>39.860,29</b>
<b>Impacto Anual</b>	<b>478.323,51</b>

**PALÁCIO DO BISPO**

RUA SÃO JOSÉ, 1 • CENTRO • CEP: 60060-170 • FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL  
85 3125 9100



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE DE 2025**  
**0056/2025**

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 13 DE JUNHO DE 2014, A QUAL INSTITUIU, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:**

**Art. 1º** Fica alterado o art. 1º da Lei Complementar nº 163, de 13 de junho de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Fortaleza, a Comissão Especial de Acompanhamento das Ações de Política de Assistência Social, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS).”

**Art. 2º** Ficam criados 01 (um) cargo em comissão de assistente técnico I, simbologia DNS-1, e 05 (cinco) cargos em comissão de assistente técnico II, simbologia DNS-2, na forma do Anexo Único desta Lei, passando o *caput* e o § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 163, de 13 de junho de 2014, a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A Comissão Especial de Acompanhamento das Ações de Política da Assistência Social será composta por 5 (cinco) assistentes técnicos I e 42 (quarenta e dois) assistentes técnicos II, cuja remuneração é fixada no Anexo Único desta Lei Complementar, submetidos a regime de trabalho de dedicação exclusiva.

§ 1º A Coordenação-Geral da Comissão Especial de Acompanhamento das Ações de Política de Assistência Social será exercida pela Coordenadoria Executiva e Pedagógica de Gestão Integrada da Assistência Social.”

**Art. 3º** Fica alterado o *caput* e revogado o parágrafo único do art. 5º da Lei Complementar nº 163, de 13 de junho de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A Comissão Especial de Acompanhamento das Ações de Política de Assistência Social, com os seus respectivos cargos em comissão, terá validade por prazo indeterminado, podendo ser extinta, quando cessado o custeio por parte da fonte de recursos federais.”



**FORTALEZA**  
PREFEITURA

GABINETE  
DO PREFEITO

**Art. 4º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta de dotação orçamentária da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), suplementada se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.**

Evandro Sá Barreto Leitão  
**Prefeito Municipal de Fortaleza**

**PALÁCIO DO BISPO**

RUA SÃO JOSÉ, 1 • CENTRO • CEP: 60060-170 • FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL  
85 3125 9100



**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A LEI COMPLEMENTAR Nº 163/2014**  
**QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO**  
**DAS AÇÕES DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Cargo	Simbologia	Remuneração (R\$)	Quantidade
Assistente Técnico I	DNS-1	R\$ 4.337,73	05
Assistente Técnico II	DNS-2	R\$ 3.674,25	42



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número LK6TMEHK

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 4921921 e código LK6TMEHK

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

**ASSINADO POR:**